

RELATÓRIO ANUAL



SICOOB
Coopjustiça

Direcionadores Estratégicos

MISSÃO

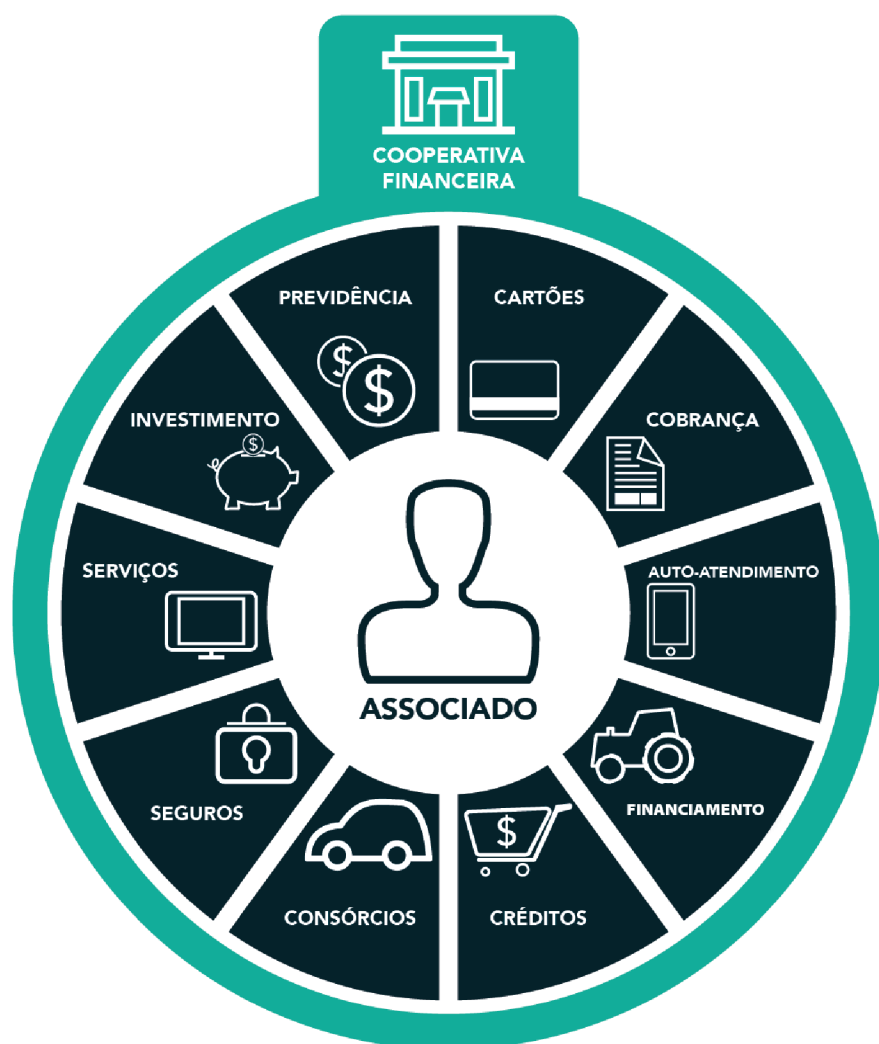
Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

VISÃO

Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

VALORES

Intensificar a comercialização de produtos e serviços, e, conseqüentemente, elevar o índice de relacionamento operacional com os cooperados com foco no estímulo á força de vendas.



CONTEÚDO

PÁGINA

APRESENTAÇÃO 2

DESEMPENHO DA COOPERATIVA 4

EVOLUÇÃO DA COOPERATIVA 7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 8

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 11

NOTAS EXPLICATIVAS 15

PARECER DO CONSELHO FISCAL 23

RELATÓRIO DA AUDITORIA 24

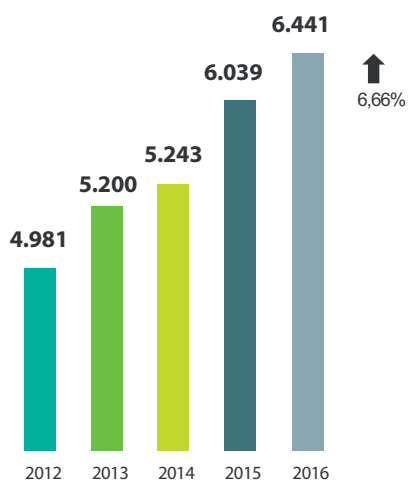
EQUIPE SICOOB COOPJUSTIÇA / PONTOS DE ATENDIMENTO 25

Desempenho Financeiro

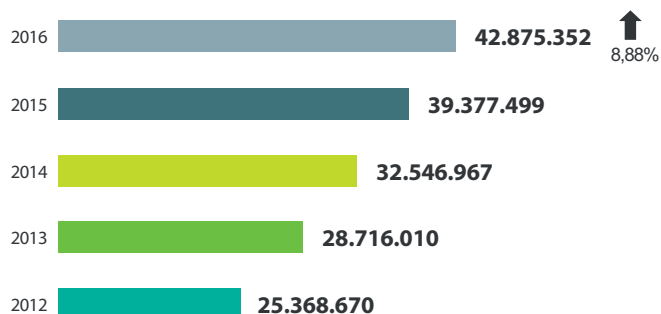
CRESCIMENTO

Os números abaixo demonstram o aumento do capital social que fechou em 42.875.352, um aumento de 8,88% em relação ao ano de 2015. O número de associados também cresceu em 6,66%.

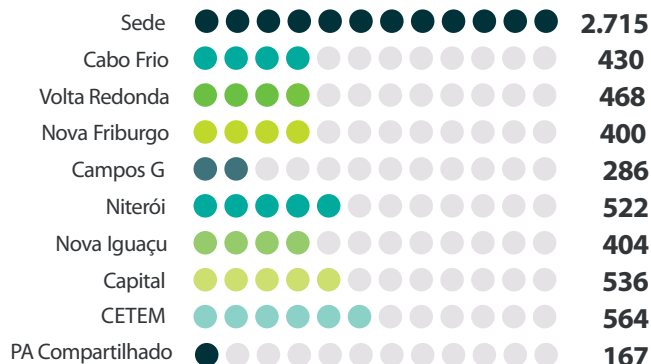
Número de Associados



Capital Social [R\$]

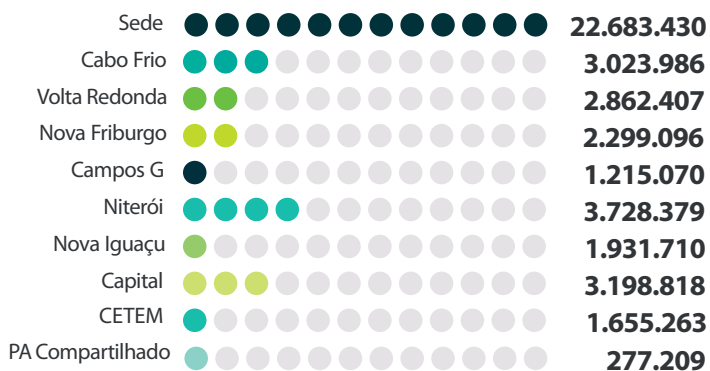


Associados / por Agência



Capital Social / por Agência

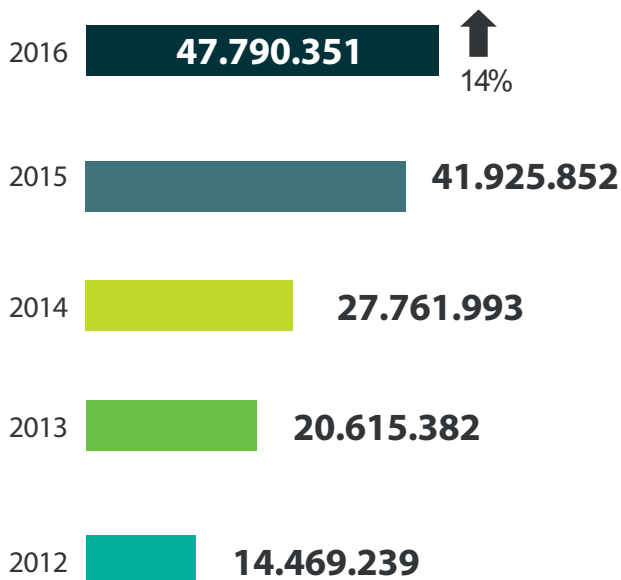
[R\$]



CONFIANÇA

No ano de 2016, o volume de depósitos totais obteve o valor de R\$47.790.351, equivalente a 14% de crescimento em relação ao ano de 2015.

Depósitos [R\$]



Depósitos à prazo

por agência [R\$]

Agência	Depósitos à prazo [R\$]
Sede	14.329.457
Cabo Frio	1.767.568
Volta Redonda	1.546.587
Nova Friburgo	5.609.051
Campos	3.669.231
Niterói	2.862.052
Nova Iguaçu	1.832.282
Capital	9.261.603
CETEM	313.713
PA Compartilhado	1.216.847

CRÉDITO CONSIGNADO SICOOB SERVIDOR PÚBLICO

O dinheiro que você precisa com a liberdade para usar como quiser.

O Crédito Consignado Servidor Público é um empréstimo* especial para funcionários públicos de instituições conveniadas. Rápido e simples de contratar, com ele, você pode organizar suas contas, realizar um projeto ou cobrir aquele gasto de última hora. Para pagar é muito prático: o valor das parcelas é descontado em seu cartão de cheque. E você ainda conta com muitas outras vantagens. Crédito Consignado Sicoob. Prático, conte com ele.

Condições:

- Parcelas fixas
- Taxas menores
- Prazos maiores
- Sem avaliação

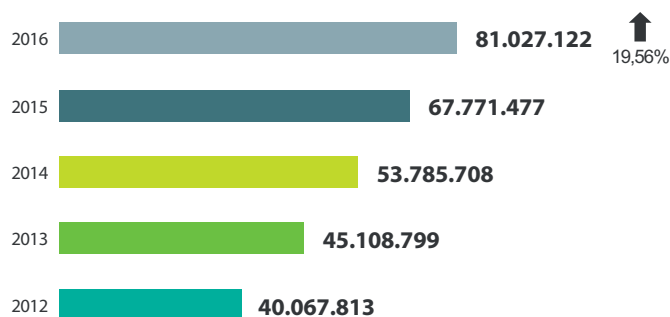


CRÉDITO

Em 2016, as operações da carteira de crédito fecharam no valor de R\$81.027.122, crescimento equivalente a 20% em relação ao ano de 2015. O SICOOB Coopjustiça disponibiliza diversas linhas de crédito para seus associados.

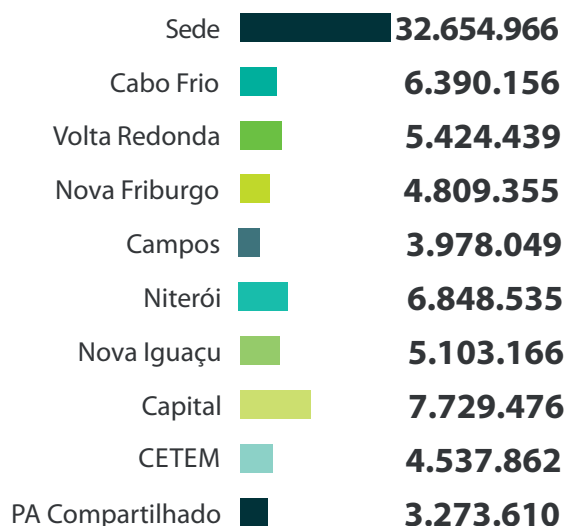
Carteira de Crédito

[R\$]



Operação de Crédito

por agência [R\$]



Total de Crédito

Liberado em 2016 [R\$]

Aqui apresentamos a soma de todos os contratos liberados em 2016

Total liberado:

42.059.208

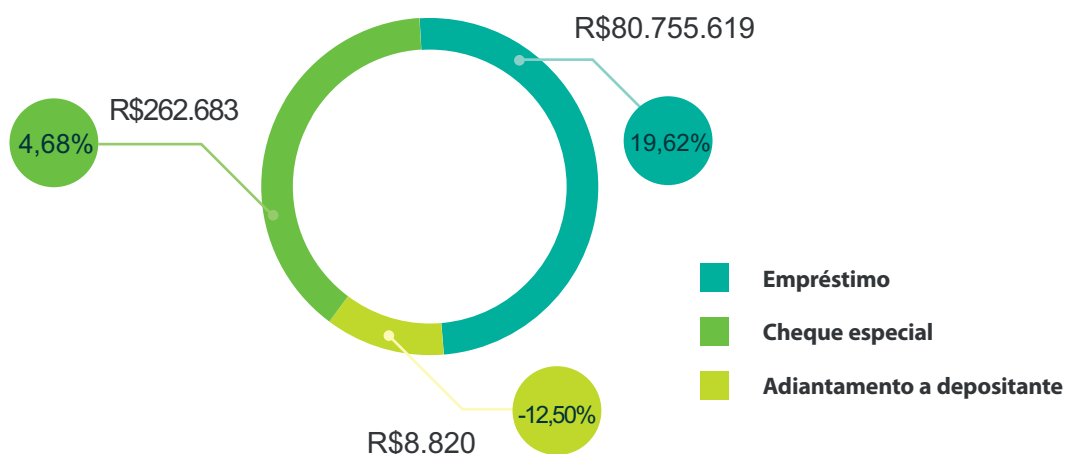
Número de operações:

2.601 operações

(empréstimos)

Valor médio das operações:

R\$ 16.170.40



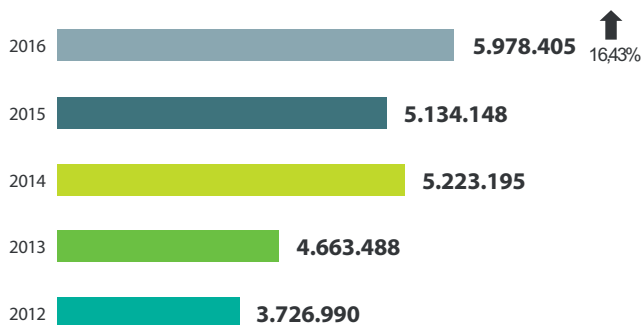
Apuração do Resultado

Verifique abaixo os resultados alcançados em 2016.

SOBRA BRUTA	R\$	5.978.405
(-) Pgto. juros ao capital social	R\$	(1.955.592)
SOBRAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	R\$	4.022.813
Resultado líquido	R\$	4.022.813
(-) Fates 5%	R\$	(201.141)
(-) Reserva Legal 10%	R\$	(402.282)
SOBRAS LÍQUIDAS EXERCÍCIO	R\$	3.419.391

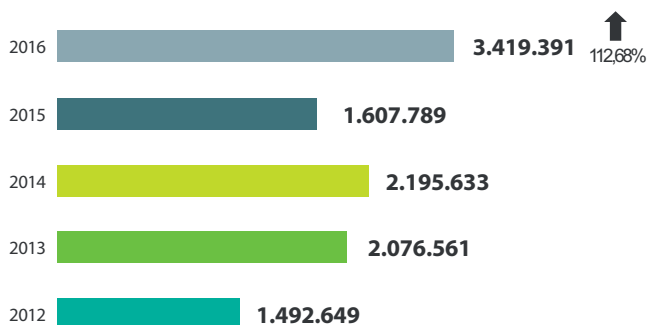
[em R\$]

Evolução das Sobras Brutas [R\$]



Evolução das Sobras Líquidas [R\$]

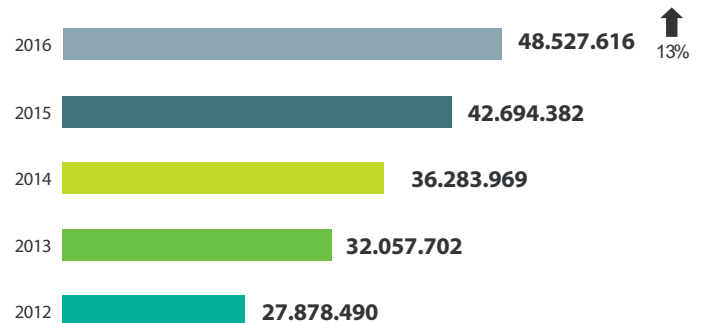
Um dos principais diferenciais das cooperativas é devolver as Sobras Líquidas para os associados.



Evolução do Patrimônio Líquido

[em reais]

Abaixo demonstramos a evolução do Patrimônio Líquido do Sicoob Coopjustiça nos últimos 4 anos.

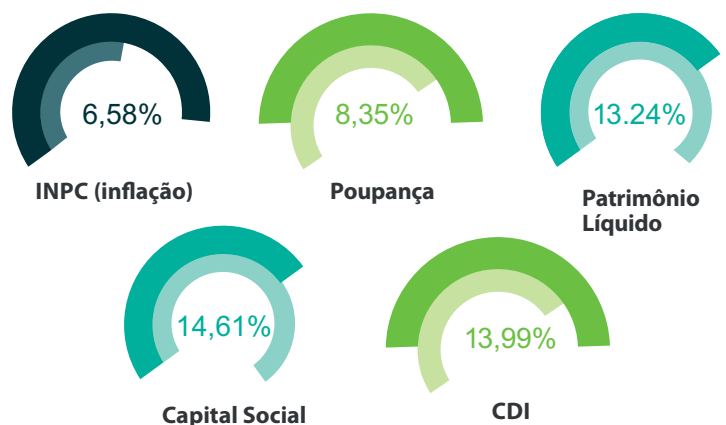


Rateio das Sobras Líquidas

A legislação cooperativa estabelece que as Sobras Líquidas à disposição da Assembleia Geral sejam rateadas entre os associados proporcionalmente ao volume de negócios que cada um realizou com a Cooperativa. Quanto mais negócios o associado faz com o Sicoob Coopjustiça, mais recebe de volta dos resultados gerados.

Comparativo de Rentabilidade

Rentabilidade é o percentual de ganho obtido em um negócio. No gráfico abaixo são comparados a inflação de 2016 (INPC), o rendimento da Poupança e do CDI. Demonstramos a rentabilidade do Capital Social e o Patrimônio Líquido considerando as Sobras Brutas da cooperativa.



Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2016 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA- SICOOB COOPJUSTIÇA, na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em Janeiro de 2016 o SICOOB COOPJUSTIÇA completou 19 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2016, o SICOOB COOPJUSTIÇA obteve um resultado de **R\$ 4.022.813** antes das destinações, representando um retorno anual equivalente a 9,41% sobre o patrimônio líquido.

Sobra Bruta	Retorno sobre o Patrimônio Líquido	Exercício
R\$5.978.405	13,98%	31/12/2016

3. ATIVOS

Os recursos depositados na centralização financeira somaram **R\$ 19.590.811,18**. Por sua vez a carteira de créditos representa **R\$ 81.027.122**. Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 4,16% da carteira, no montante de **R\$ 3.366.871,52**.

Total de Ativos	Carteira de Crédito	Exercício
R\$104,37	R\$81,02	31/12/2016

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de **R\$ 47.790.351,33**, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de **13,99%**. As captações encontravam-se assim distribuídas:

- Depósitos à vista **R\$ 5.381.955,87**;
- Depósitos a prazo **R\$ 42.408.395,46**;

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 32,74% da captação, no montante de **R\$ 15.201.998,86**.

Depósito a vista	Depósito a prazo	Exercício
R\$5.381.955,87	R\$42.408.395,46	31/12/2016

5. Patrimônio Líquido

O patrimônio de Líquido encerrou o exercício de 2016 com um crescimento de 13,66% em relação ao mesmo período do ano anterior, apresentando acréscimo de **R\$5.833.233,02**.

6. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB COOPJUSTIÇA na data base de 31/12/2016 alcançou o valor de **R\$ 48.527.615,63**. O quadro de associados era composto por 6.039 cooperados, havendo um acréscimo de 6,66% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

7. Número de Associados

O número de associados saiu de 6.039 para 6.441, o que corresponde a um crescimento de 6,66% considerando o intervalo de dois anos.

8. Número de Colaboradores

Houve um aumento de 40 para 44 o de número de colaboradores no exercício de 2016.

9. Índice da Basiléia

O índice de Basiléia praticado pela Cooperativa saiu de 65,50% para 63,92% em dezembro de 2016. Este índice supera o percentual de 10,5% exigido para as cooperativas de crédito. O comparativo refere-se ao mês de setembro em decorrência da disponibilidade dos dados de dezembro, sendo esta a última base comparativa.

Índice de Basiléia	Fator F para ponderação de risco	Exercício
63,92	10,5%	31/12/2016

10. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPJUSTIÇA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 99,57% nos níveis de "AA" a "C".

11. Conselho Fiscal

Eleito na AGO, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

12. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPJUSTIÇA aderiram em 2013, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

13. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

14. Resumo da Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Risco e de Capital da Cooperativa

1.1 Risco Operacional

- a) O gerenciamento do risco operacional do Sicoob Coopjustiça – estado do Rio de Janeiro Ltda objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça. Aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).
- e) As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do Sicoob, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e Bancoob, do Sicoob Confederação).

1.2 Risco de Mercado e Liquidez

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Coopjustiça – CECM dos Servidores do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro Ltda - objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007.
- b) Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça. Aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não

negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

- d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, Sicoob Coopjustiça – possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

1.3 Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Coopjustiça – objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) - Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Coopjustiça – aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Bancoob a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) - Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) - Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Coopjustiça – possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

15. Plano de Negócio

O plano de negócio foi elaborado com projeções para o exercício de 2016. Abaixo apresentamos os resultados do ano.

Acompanhamento BACEN		
Projeções para livre admissão		
Descrição	Projetado	Realizado – 12/2016
Empréstimos	88.187.535	80.541.345
Depósito a vista	7.228.686	5.381.955
Depósitos remunerados	54.241.489	42.408.395
Capital	47.259.887	42.875.351

16. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão. Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na Assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão. A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

(Diretoria Executiva)

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv. Poder Jud, Tribunal de Contas Estadual e dos Serv. Dos Org. e Ent. da Área de Ciênc. e Tec. no RJ - SICOOB
COOPJUSTIÇA

CNPJ/MF nº 02.000.895/0001-90

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	38.084.139,97	38.817.469,56	CIRCULANTE	53.103.756,25	49.381.858,69
DISPONIBILIDADES	319.315,02	1.516.132,23	DEPÓSITOS	45.813.547,13	41.434.158,82
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	147,51	91.263,88	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	677.659,62	1.389.425,38
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.590.811,18	21.493.720,93	OUTRAS OBRIGAÇÕES	6.612.549,50	6.558.274,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	17.899.079,22	15.400.387,76	Cobrança e Arrecadação de Tributos	1.719,10	2.319,59
OUTROS CRÉDITOS	272.475,00	314.995,05	Sociais e Estatutárias	2.857.252,75	2.388.949,56
OUTROS VALORES E BENS	2.312,04	969,71	Fiscais e Previdenciárias	143.383,76	165.113,89
			Diversas	3.610.193,89	4.001.891,45
NÃO CIRCULANTE	66.291.439,25	55.162.955,92	NÃO CIRCULANTE	2.744.207,34	1.904.184,58
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	62.753.276,91	52.000.088,48	DEPÓSITOS	1.976.804,20	491.693,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62.642.266,51	52.000.088,48	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	333.333,50	1.322.222,22
OUTROS CRÉDITOS	111.010,40	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	434.069,64	90.268,73
PERMANENTE	3.538.162,34	3.162.867,44	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.527.615,63	42.694.382,21
INVESTIMENTOS	3.017.919,05	2.567.303,37	CAPITAL SOCIAL	42.875.351,87	39.377.499,30
IMOBILIZADO DE USO	520.243,29	595.564,07	RESERVAS DE SOBRAS	2.232.872,33	1.730.590,98
TOTAL DO ATIVO	104.375.579,22	93.980.425,48	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.419.391,43	1.586.291,93
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	104.375.579,22	93.980.425,48

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro, RJ, 31 de março de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv. Poder Jud, Tribunal de Contas Estadual e dos Serv. Dos Org. e Ent. da Área de Ciênc. e Tec. no RJ - SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ/MF nº 02.000.895/0001-90

Descrição das contas	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/16	31/12/15
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.390.092,13	15.656.393,80	12.684.525,09
Operações de Crédito	8.383.053,07	15.643.315,81	12.682.164,75
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.039,06	13.077,99	2.360,34
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiro	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.769.951,78)	(5.497.862,43)	(3.895.055,98)
Operações de Captação no Mercado	(2.572.489,68)	(5.043.390,78)	(3.805.996,35)
Operações de Empréstimos e Repasses	(87.025,63)	(241.781,64)	(348.076,25)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.436,47)	(212.690,01)	259.016,62
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.620.140,35	10.158.531,37	8.789.469,11
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.610.019,14)	(6.708.596,94)	(6.784.795,92)
Receitas de Prestação de Serviços	187.532,93	391.257,55	363.080,02
Rendas de Tarifas Bancárias	67.684,98	133.464,03	118.603,05
Despesas de Pessoal	(2.109.884,87)	(4.279.413,98)	(3.767.935,74)
Outras Despesas Administrativas	(1.296.491,33)	(2.536.974,39)	(2.149.918,73)
Despesas Tributárias	(29.235,83)	(62.840,50)	(71.463,75)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-	-
Outros ingressos/rendas operacionais - Nota 17.a	1.166.873,32	2.759.618,76	2.568.601,29
Outros dispêndios/despesas operacionais - Nota 17.b	(2.596.498,34)	(3.113.708,41)	(3.845.762,06)
RESULTADO OPERACIONAL	1.010.121,21	3.449.934,43	2.004.673,19
RESULTADO NÃO OPERACIONAL Nota 17.c	606.677,83	606.677,83	1.862,09
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.616.799,04	4.056.612,26	2.006.535,28
Provisão para Imposto de Renda	(5.401,39)	(15.669,25)	(17.252,74)
Provisão para Contribuição Social	(7.861,70)	(18.129,56)	(18.426,37)
Ativo fiscal Diferido	-	-	-
Reversão da Reserva de Reavaliação	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.603.535,95	4.022.813,45	1.970.856,17
F A T E S - Atos não cooperativos	-	-	(79.339,17)
F A T E S - Atos Cooperativos	-	(201.140,67)	(94.575,85)
Reserva Legal	-	(402.281,35)	(189.151,70)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	1.603.535,95	3.419.391,43	1.607.789,45
Juros ao Capital	(1.955.592,44)	(1.955.592,44)	(3.163.292,34)

Rio de Janeiro, RJ, 31 de março de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv. Poder Jud, Tribunal de Contas Estadual e dos Serv. Dos Org. e Ent. da Área de Ciênc. e Tec. no RJ - SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ/MF nº 33.370.115/0001-27

	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	1.616.799,04	4.056.612,26	2.006.535,28
IRPJ / CSLL	(13.263,09)	(33.798,81)	(35.679,11)
Depreciações e Amortizações	83.241,67	166.519,60	161.581,93
Sobras/Perdas do Exercício Ajustado	1.686.777,62	4.189.333,05	2.132.438,10
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	(6.369.918,69)	(13.140.869,49)	(14.364.926,22)
Outros Créditos	(26.866,75)	(68.490,35)	252.504,13
Outros Valores e Bens	78.442,24	(1.342,33)	(80,20)
Depósitos a Vista	1.121.168,77	864.027,62	1.800.003,22
Depósitos sob Aviso	-	-	26.790,54
Depósitos a Prazo	3.376.263,79	5.000.417,26	12.391.065,17
Outras Obrigações	(69.592,01)	398.075,92	2.579.420,78
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(377.048,29)	(1.700.654,48)	2.336.232,75
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(580.773,32)	(4.459.502,80)	7.153.448,27
Aquisição em Imobilizado de Uso	(33.104,59)	(91.144,82)	(169.056,50)
Aquisição em Investimentos	(307.374,60)	(450.615,68)	(223.680,73)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	(340.479,19)	(541.760,50)	(392.737,23)
Aumento por novos aportes de Capital	2.306.619,99	4.403.622,91	5.726.186,05
Devolução de Capital à Cooperados	(1.914.976,62)	(4.325.953,26)	(4.300.963,36)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar	-	(11.211,76)	(16.732,00)
Recebimento de rateio de prejuízo da incorporação	-	21.497,52	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(79.339,17)
FATES Sobras Exercício	(201.140,67)	(201.140,67)	(94.575,85)
Subscrição do Juros ao Capital	1.924.873,50	1.924.873,50	3.163.292,34
IRRF sobre Juros ao Capital	(1.268,27)	(1.268,27)	(11.942,01)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado)	2.114.107,93	1.810.419,97	4.385.926,00
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.192.855,42	(3.190.843,33)	11.146.637,04
No início do período	18.717.418,29	23.101.117,04	11.954.480,00
No fim do período	19.910.273,71	19.910.273,71	23.101.117,04
VARIAÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	1.192.855,42	(3.190.843,33)	11.146.637,04

Rio de Janeiro, RJ, 31 de março de 2017.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Serv. Poder Jud, Tribunal de Contas Estadual e dos Serv. Dos Org. e Ent. da Área de Ciênc. e Tec. no RJ - SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ/MF nº 02.000.895/0001-90

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas para Condições	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2014	32.553.148,53	(6.177,80)	1.541.366,32	-	2.195.632,29	36.283.969,34
Movimentação de Capital						
Despesa de Sobras Exercício Anterior						
Ao Capital Social	2.178.900,29	-	-	-	(2.178.900,29)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(16.732,00)	(16.732,00)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.257.112,67	437,80	-	-	-	4.257.550,47
Por Devolução (-)	(4.300.963,36)	-	-	-	-	(4.300.963,36)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	-	-
Integralização de Juros ao Capital	2,34	3.163,29	-	-	-	3.163.292,34
IRRF sobre Juros ao Capital	-	(11.942,01)	-	-	-	(11.942,01)
Saldo Incorporado COOPECT	-	1.543.690,84	-	72,96	(21.497,52)	1.522.266,28
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-	-	-	1.970.856,17	1.970.856,17
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	(79.339,17)	(79.339,17)
Despesa das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	189.151,70	-	(189.151,70)	-
F A T E S	-	-	-	-	(94.575,85)	(94.575,85)
Saldos em 31/12/2015	39.383.239,30	(5.740,00)	1.730.590,98	-	1.586.291,93	42.694.382,21
Movimentação de Capital						
Despesa de Sobras Exercício Anterior						
Ao FATES	-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	100.000,00	(100.000,00)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	(11.211,76)	(11.211,76)
Ao Capital Social	1.496.577,69	-	-	-	(1.496.577,69)	-
Movimentação de Capital						
Por Subscrição/Realização	4.399.532,91	4.090,00	-	-	-	4.403.622,91
Por Devolução (-)	(4.325.953,26)	-	-	-	-	(4.325.953,26)
Recuperação de Reserva	-	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	-	4.022.813,45	4.022.813,45
Recuperação de perdas	-	-	-	-	21.497,52	21.497,52
Subscrição dos Juros ao Capital	0	1.924.873,5	-	-	-	1.924.873,50
IRRF sobre Juros ao Capital	-	(1.268,27)	-	-	-	(1.268,27)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-
Despesa das Sobras ou Perdas:						
Fundo de Reserva	-	-	402.281,35	-	(402.281,35)	-
F A T E S	-	-	-	-	(201.140,67)	(201.140,67)
Saldos em 31/12/2016	42.877.001,87	(1.650,00)	2.132.872,33	100.000,00	3.493.391,43	48.527.615,63

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Rio de Janeiro, RJ, 31 de março de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e dos Servidores dos Órgãos e Entidades a Área de Ciência e Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda - SICOOB COOPJUSTIÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21 de Janeiro de 1997, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro – SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela lei complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, que dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

O SICOOB COOPJUSTIÇA possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Sede – Av. Nilo Peçanha nº 12 salas 522 a 526; 1009 a 1011 e 1022 a 1026 – Centro – Rio de Janeiro; PAC Central – Rua Erasmo Braga nº 115 lamina 1 BL E Sala 523 A – Centro – Rio de Janeiro; PAC Cabo Frio – Rua Ministro Gama Filho SN – Edifício do Fórum – 1º andar – Cabo Frio – RJ; PAC Volta Redonda – Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira S/N – 4º ANDAR – Volta Redonda – RJ; PAC Nova Friburgo – Av. Euterpe Friburguense nº 201 – Térreo – Nova Friburgo – RJ; PAC Niterói – Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500 – 8 andar – sala 810 – Niterói – RJ; PAC Campos dos Goytacazes – Av XV de Novembro nº 289 – 1 Pavimento – Bloco 01 – Campos dos Goytacazes – RJ; PAC Nova Iguaçu - Rua Doutor Mario Guimarães nº 968 - Luz - Nova Iguaçu - RJ; Posto de Atendimento - CETEM - Av. Pedro Calmon - nº 900/ Cidade Universitária - Ilha do Fundão e Posto de Atendimento COMPARTILHADO - Rua Buenos Aires, nº 59 - Térreo - Centro - Rio de Janeiro.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela administração no dia 24 de março de 2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	319.315,02	1.516.132,23
Títulos e Valores Mobiliários	147,51	91.263,88
Relações interfinanceiras – centralização financeira	19.590.811,18	21.493.720,93
Total	19.910.273,71	23.101.117,04

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	19.590.811,18	21.493.720,93
Total	19.590.811,18	21.493.720,93

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	AD / Emprést./Tit. Desc. *	Financiamentos	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em		
			31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015		
AA	-	Normal	23.553.132,47	53.883,02	23.607.015,49	-	23.405.520,61	-
A	0,5%	Normal	53.024.453,51	96.880,43	53.121.333,94	(265.606,54)	42.259.050,08	(211.295,51)
B	1%	Normal	1.990.759,69	-	1.990.759,69	(19.907,60)	1.270.375,12	(12.703,75)
B	1%	Vencidas	453.870,48	48.869,86	502.740,34	(5.027,40)	276.238,38	(2.762,38)
C	3%	Normal	1.273.959,64	29.410,98	1.303.370,62	(39.101,12)	289.025,39	(8.670,76)
C	3%	Vencidas	133.902,35	-	133.902,35	(4.017,07)	75.946,82	(2.278,40)
D	10%	Normal	173.354,11	-	173.354,11	(17.335,41)	13.982,06	(1.398,21)
D	10%	Vencidas	35.376,67	-	35.376,67	(3.537,67)	5.286,59	(528,66)
E	30%	Normal	11.193,88	-	11.193,88	(3.358,16)	15.595,77	(4.678,73)
E	30%	Vencidas	923,34	-	923,34	(277,00)	35.377,81	(10.613,34)
F	50%	Normal	2.000,00	-	2.000,00	(1.000,00)	6.979,10	(3.489,55)
F	50%	Vencidas	11.233,65	-	11.233,65	(5.616,83)	11.035,62	(5.517,81)
G	70%	Normal	232,60	-	232,60	(162,82)	-	-
G	70%	Vencidas	42.855,56	-	42.855,56	(29.998,89)	-	-
H	100%	Normal	13.086,15	-	13.086,15	(13.086,15)	62.763,42	(62.763,42)
H	100%	Vencidas	77.743,48	-	77.743,48	(77.743,48)	109.386,60	(109.386,60)
Total Normal			80.042.172,05	180.174,43	80.222.346,48	(359.557,80)	67.323.291,55	(304.999,93)
Total Vencido			755.905,53	48.869,86	804.775,39	(126.218,34)	513.271,82	(131.087,20)
Total Geral			80.798.077,58	229.044,29	81.027.121,87	(485.776,14)	67.836.563,37	(436.087,13)
Provisões (-)					(485.776,14)		(436.087,13)	
Total Líquido					80.541.345,73		67.400.476,24	

(Valores expressos em reais – R\$)

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2016
Empréstimos	5.800.241,24	11.890.128,79	62.836.204,55	80.526.574,58
Financiamento	13.870,70	31.291,79	183.881,80	229.044,29
Total	5.814.111,94	11.921.420,58	63.020.086,35	80.755.618,87

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos por cliente:

Setor	31/12/2016	31/12/2015
	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas Físicas	80.755.618,87	67.575.498,02
Total	80.755.618,87	67.575.498,02

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(436.087,13)	(750.158,17)
Constituições/Reversões no período	(115.008,37)	314.071,04
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	65.319,36	-
Total	(485.776,14)	(436.087,13)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	241.989,68	0,30%	242.434,24	0,36%
10 maiores devedores	1.934.614,45	2,39%	1.753.615,21	2,59%
50 maiores devedores	7.023.126,96	8,67%	6.388.094,70	9,42%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	291.883,45	333.250,12
Valor das operações transferidas no período	152.207,71	276.251,32
Valor das operações recuperadas no período	(26.450,14)	(317.617,99)
Total	417.641,02	291.883,45

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Rendas a Receber	1.961,98	-	1.961,98	-
Adiantamento e Antecipações Salariais	3.365,02	-	3.365,02	18.503,28
Adiantamento para Pagamento Nossa Conta	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00
Devedores por Depósito e Garantia (a)	-	111.010,40	111.010,40	96.246,29
Impostos a recuperar	1.661,59	-	1.661,59	-
Títulos e Créditos a Receber (b)	330.450,49	-	330.450,49	240.736,00
Devedores Diversos - País (c)	18.209,74	-	18.209,74	44.310,96
(-) Provisão para outros Créditos (d)	(84.173,82)	-	(84.173,82)	(85.801,48)
Total	272.475,00	111.010,40	383.485,40	314.995,05

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: Cobertura de Processo contra a OI telefones Celulares (R\$ 60.525); processo do associado Arquimedes de Oliveira (R\$ 17.366) e ação judicial contra a Telemar Norte Leste (R\$ 18.355) e atualizações de depósitos judiciais - Arquimedes de Oliveira e Telemar Norte Leste (14.764,40)

(b) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de Cartão de Crédito e convênios cadastrados no risco de crédito dos associados do Sicoob Coopjustiça (R\$ 308.231,05); Os valores de Tarifas a receber dos associados (R\$ 1.269,80) e os valores referentes as contas do processo da OI que ainda não foram recebidas e continuam em aberto na OI. (R\$ 20.950,64).

(c) Em devedores Diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Devedores Diversos	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Pendências a regularizar	2.751,91	-	2.751,91	29.640,36
Transitória Intercredis	130,50	-	130,50	-
Transitória transferência entre conta corrente (e)	15.327,33	-	15.327,33	-
Empresa conta descontos em folha	-	-	-	512,20
Outros	-	-	-	14.158,40
Total	18.209,74	-	18.209,74	44.310,96

(Valores expressos em reais – R\$)

(d) Refere-se a provisão sobre o saldo dos cartões e convênios dos cooperados inadimplentes em conformidade a Resolução nº 2682/1999

(e) Refere-se a registro de devoluções de capital em rubrica transitória de transferência entre contas.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguro patrimonial e renovação do programa antivírus, conforme demonstrado:

Despesas Antecipadas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Prêmios de seguros	1.167,50	-	1.167,50	-
Processamento de dados	1.144,54	-	1.144,54	969,71
Total	2.312,04	-	2.312,04	969,71

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e outros investimentos, conforme demonstrado:

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2016	31/12/2015
Central – SICOOB CENTRAL RIO	2.990.201,22	2.547.552,35
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	27.217,82	19.251,01
Quotas CECRERJ	-	597.172,48
Quotas FENACRED	500,01	500,01
(-) Provisão para Perdas Ações e Quotas	-	(597.172,48)
Total	3.017.919,05	2.567.303,37

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2016			31/12/2015	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Edificações	965.822,53	(756.765,22)	209.057,31	286.319,90	4%
Instalações	53.414,86	(46.370,15)	7.044,71	10.242,75	10%
Móveis e equipamentos de uso	414.230,15	(298.085,97)	116.144,18	120.330,33	10%
Sistema de comunicação	29.779,98	(24.429,98)	5.350,00	4.900,01	10%
Sistema de processamento de dados	719.395,66	(540.893,51)	178.502,15	169.294,43	20%
Sistema de segurança	17.893,48	(13.748,54)	4.144,94	4.476,65	10%
Total	2.200.536,66	(1.680.293,37)	520.243,29	595.564,07	

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

NOTA 09 – DEPÓSITOS

a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Aplicador	2.992.555,67	6,44%	4.266.582,77	10,36%
10 maiores aplicadores	11.564.536,71	24,91%	12.149.409,71	29,52%
50 maiores aplicadores	21.991.776,05	47,36%	22.115.408,39	53,73%

(Valores expressos em reais – R\$)

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Pessoa Física	43.989.299,51	36.599.806,89
Depósito à Vista	5.113.977,36	3.726.981,53
Depósito à Prazo	38.875.322,15	32.872.825,36
Pessoa Jurídica	3.801.051,82	5.326.045,56
Depósito à Vista	267.978,51	790.946,92
Depósito à Prazo	3.533.073,31	4.535.098,64
Total	47.790.351,33	41.925.852,45

(Valores expressos em reais – R\$)

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop, o qual é uma associação civil regido por regulamento próprio, constituído conforme Resoluções CMN n° 4.150/12 e 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 23, da Resolução CMN n° 4.434/2015) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2016		Total	31/12/2015
	Circulante	Não Circulante		Total
Sicoob Central Rio	677.659,62	333.333,50	1.010.993,12	2.711.647,60

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	201.140,67	279.714,30
Cotas de capital a pagar (b)	2.656.112,08	2.109.235,26
Total	2.857.252,75	2.388.949,56

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Valores a serem pagos aos cooperados que se desligaram da cooperativa.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para impostos e contribuições s/ lucros	-	10.776,52
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	10.156,53	23.581,25
Impostos e contribuições s/ salários	115.008,85	98.715,34
IRRF sobre aplicações financeiras, Pis e Cofins	18.218,38	31.143,19
Outros	-	897,59
Total	143.383,76	165.113,89

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - diversas	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos (a)	200.000,00	-	200.000,00	250.000,00
Fornecedores	15.360,99	-	15.360,99	39.047,56
Despesas de pessoal e salários	256.003,30	-	256.003,30	223.475,70
Seguro prestamista (b)	839.078,65	-	839.078,65	1.269.224,35
Passivos Contingentes (c)	38.626,66	434.069,64	472.696,30	90.268,73
Credores Diversos - país (d)	2.261.124,29	-	2.261.124,29	2.220.143,84
Total	3.610.193,89	434.069,64	4.044.263,53	4.092.160,18

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Refere-se a cheques emitidos pela cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016.

(b) Refere-se ao saldo de Seguro Prestamista descontado dos associados e ainda não recolhido a seguradora.

(c) Refere-se ao valor provisionado como provável de perdas com ações judiciais, conforme relatório da assessoria jurídica da cooperativa e a provisão de garantias prestadas sobre obrigações.

(d) O saldo de Credores Diversos – País está descrito abaixo.

Credores Diversos – País	31/12/2016	31/12/2015
Convenios a Pagar	127.450,47	245.087,87
Pendências a regularizar (a)	2.126.830,41	1.708.699,83
Diferença de Caixa	10,00	-
Conta Transitoria (Depósitos não identificados)	6.833,41	22.667,43
Outros	-	243.688,71
Total	2.261.124,29	2.220.143,84

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O saldo de pendências a regularizar refere-se ao recebimento de desconto em folha, liquidado no mês subsequente.

NOTA 14 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação dos assessores jurídicos, a Cooperativa, para fazer face às perdas prováveis de demandas administrativas e judiciais, mantém provisão para contingências, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis a Cooperativa apresentava os seguintes passivos, relacionados a contingências:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Contingências trabalhistas	360.000,00	25.000,00
Contingências cíveis	74.069,64	31.724,14
Total	434.069,64	56.724,14

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo.

Os instrumentos financeiros são avaliados nas demonstrações contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas. Nos exercícios de 2016 e de 2015, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	42.875.351,87	39.377.499,30
Associados	6.442	6.039

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

(c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2016, os cooperados deliberaram pelo rateio entre os associados das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 1.507.789,45 o restante para constituição de um fundo de contingências.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobras /lucro líquido do exercício	4.022.813,45	1.970.856,17
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(79.339,17)
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	4.022.813,45	1.891.517,00
Destinações estatutárias	-	-
Reserva legal - 10%	(402.281,35)	(189.151,70)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(201.140,67)	(94.575,85)
Sobras à disposição da Assembléia Geral	3.419.391,43	1.607.789,45

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 17 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de atos não cooperativos	265.041,38	115.018,28
Receita de atos não cooperativos	265.041,38	115.018,28
IRPJ/CSLL à recolher	(33.427,63)	(35.679,11)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(1.243.267,95)	79.339,17

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 18 – PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa realizou da provisão o juros ao capital respeitando os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/1997.

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS / DISPÊNDIOS/DESPESAS E RESULTADO NÃO OPERACIONAL
(a) Outros ingressos / rendas operacionais:

Outros ingressos/rendas operacionais	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de despesas	974,82	3.299,36	1.227,01
Ingressos de depósitos intercooperativos	968.068,27	2.209.230,97	2.174.553,32
Outras Rendas Operacionais	197.830,23	547.088,43	392.820,96
Total	1.166.873,32	2.759.618,76	2.568.601,29

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Outros dispêndios / despesas operacionais:

Outros dispêndios/despesas operacionais	2º SEMESTRE DE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Outras	(9.207,39)	(12.397,52)	(33.544,59)
Juros ao capital	(1.955.592,44)	(1.955.592,44)	(3.163.292,34)
Outras despesas operacionais	(631.698,51)	(1.145.718,45)	(648.925,13)
Total	(2.596.498,34)	(3.113.708,41)	(3.845.762,06)

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) Resultado não operacional:

Resultado não operacional	2º SEMESTRE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Ganhos de capital	609.036,99	609.036,99	6.042,32
Despesas não operacionais	(2.359,16)	(2.359,16)	(4.180,23)
Total	606.677,83	606.677,83	1.862,09

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são avais.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	% em relação à carteira total
Saldo das operações ativas	120.387,55	144.581,59	0,15%
Saldo das operações passivas	1.061.390,07	562.408,94	2,22%

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

OPERAÇÕES ATIVAS			
Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimos / Financiamentos	120.387,55	76,51	0,15%

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Detalhamento das Operações Passivas:

OPERAÇÕES PASSIVAS			
Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas	Valor da Aplicação Financeira	% da Aplicação financeira em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a vista			
Pessoas físicas e jurídicas	103.519,35	0,22%	
Depósitos a prazo			
Pessoas físicas e jurídicas - taxa pós-fixada	957.870,72	2,00%	1,05%

(Valores expressos em reais – R\$)

(c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pelo Conselho da Administração/Diretoria Executiva
Empréstimos / Financiamentos	a partir de 1,43%	a partir de 1,43%
Aplicação Financeira - TR e PÓS CDI	a partir de 90% CDI	a partir de 90% CDI

(g) No exercício de 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS	
Descrição	Total dos Benefícios
Honorários	533.439,26
Plano de Saúde	23.739,06
Benefícios	46.288,62

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 21 – COOPERATIVA CENTRAL

O SICOOB COOPJUSTIÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio de Janeiro - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUSTIÇA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 20 – COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.582.178,20 referente a movimentação de cartões de crédito de seus associados.

NOTA 21 – SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Seguro Patrimonial	4.415.000,00	270.000,00

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 22 – ÍNDICE DE BASILÉIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 48.527.615,63, em 31 de dezembro de 2016.

NOTA 23 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica da Cooperativa SICOOB COOPJUSTIÇA, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis 02 processos cíveis, totalizando o montante de R\$ 55.000,00.

NOTA 24- GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

24.1 - RISCO OPERACIONAL

- As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

24.2 - RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

- O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- Conforme preceitua os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

24.3 - RISCO DE CRÉDITO

- O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

23.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

- A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
 - avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA– SICOOB COOPJUSTIÇA, representado pelos seus membros Juçara de Souza Mero, Luis Carlos Gomes da Silva e Julio Cesar de Castro Ramos no âmbito das suas atribuições legais e estatutárias, conforme determina o artigo 46, inciso VIII do Estatuto Social, com base nas reuniões realizadas durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, procedeu ao exame das demonstrações contábeis verificando as rotinas operacionais, de crédito, de controle e limites definidos pelo Banco Central, sendo apurado que: a Cooperativa encerrou o ano de 2016 com o patrimônio de referência (PR) no valor de R\$ 48.527.615,63; a provisão para risco de crédito encontra-se contabilizada corretamente e com valores adequados em comparação com Sistema Financeiro Nacional (SFN) e Sistema SICOOB; verifica-se que a liquidez da Cooperativa tem nível satisfatório e que aderiu às políticas de Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Risco Operacional do sistema SICOOB; não foi identificada ocorrência de eventos relevantes que modifiquem a situação patrimonial e financeira após o encerramento do Balanço Geral do exercício; a Cooperativa encontra-se em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas.

O SICOOB COOPJUSTIÇA apresentou Resultado Líquido do exercício social de 2016 de R\$ 5.374.983,87, referente a Sobra Líquida de R\$ 3.419.391,43 e ao Juros ao Capital Total no valor de R\$ 1.955.592,44 representando um aumento aproximado de 12,66% em relação ao exercício 2015.

O Conselho Fiscal com base no exposto acima, após minucioso exame das Demonstrações Financeiras e Contábeis, incluindo o Balanço Geral, conclui que foram elaboradas de acordo com as normas vigentes e refletindo as operações realizadas. Assim sendo, somos de parecer favorável e encaminhamos as mesmas para que sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 2017. (data da reunião que aprovou as contas)

Luis Carlos Gomes da Silva
Conselheiro Efetivo

Julio Cesar de Castro Ramos
Conselheiro Efetivo

Juçara de Souza Mero
Conselheira Efetiva

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICCOOB COOPJUSTIÇA / Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICCOOB COOPJUSTIÇA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Ltda. – SICCOOB COOPJUSTIÇA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Relatório de Auditoria

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se
- concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 24 de março de 2017.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente:

Benino Manuel Alonso Lorenzo

Diretor Operacional:

Roberto Medeiros Souza

Diretor Administrativo:

Carlos Ney Mello de Uliana

Diretora:

Miraci Bezerra Marinho de Oliveira

Diretor

Antônio Carlos de Souza Carvalho

Diretor

Paulo Roberto Bacellar Pacheco

Conselho Fiscal

Luis Carlos Gomes da Silva

Julio Cesar de Castro Ramos

Juçara de Souza Mero

Superintendência

Ivenia Silva

Gerente Contabil

Fabio Cortinovis Carvalho

Postos de Atendimento

SEDE

Av. Nilo Peçanha, 12 - 10º Andar / Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel (21) 22771200

CABO FRIO

Rua Ministro Gama Filho- Braga (FÓRUM) / RJ .1º andar.
Tel/fax: (22) 2645-2015 ou 2647-2656

CAPITAL

Av. Erasmo Braga nº 115 Fórum- Bloco E - Lâmina 1 - Sala 523A
Centro, RJ /Tel:(21) 2210-9379 Ramal Interno TJ: 2137

VOLTA REDONDA

Rua Desembargador Ellis Hermídio Figueira, s/n - Aterrado
Prédio do Fórum - 4º andar. Volta Redonda - RJ - Telefones: (24)
3347-2740

NOVA IGUAÇU

Rua Dr. Mario Guimarães nº 968 Bairro Da Luz - Nova Iguaçu -
Telefone:(21)2667-3695

NITERÓI

Av. Ernani do Amaral Peixoto nº 500 / sala nº 810 - Centro
Niterói - RJ / Telefone: (021) 2613-2497 / 2620-7532

NOVA FRIBURGO

Av. Euterpe Friburguense, 201 - Térreo - Centro Prédio do
FÓRUM / Nova Friburgo - RJ/ Tel.:(22)2519-2486 Fax: (22)2523-
0369 - ramal:2188

CAMPOS DOS GOYTACAZES

Av. XV de Novembro 289 - Centro - 1º Pavimento do Bloco I -
Fórum - RJ - Telefone: (22) 2728-2783 Fax: (22) 2735-6607

CETEM

Av. Pedro Calmon- nº 900 / Cidade Universitária -
CEP: 21941-908/ Ilha do Fundão - RJ. Tel.: (21) 2562-0014

PA COMPARTILHADO - Centro / RJ

Rua Buenos Aires, nº 59 - Térreo Centro, Rio de Janeiro - Cep.:
20070-021/ Telefone: 21 2263-7277



www.sicoob.coopjustica.org.br

[f/SicoobCoopjustica](#) [@coopjustica](#)